

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

ANO REFERÊNCIA: 2017



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Senador Canedo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Relatório de Autoavaliação Institucional

Ano de referência: 2017

Câmpus SENADOR CANEDO

Senador Canedo, março de 2018.



Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Reitoria do IFG Reitor
Jerônimo Rodrigues da Silva

Diretoria Executiva
Adriana dos Reis Ferreira

Pró-Reitoria de Administração
José Carlos Barros Silva

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Amaury França Araujo

Pró-Reitoria de Ensino
Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitoria de Extensão
Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Écio Naves Duarte

Equipe Comissão Central da CPA 2017/2019

Portaria nº 1.189, de 03/07/2017

Jakeline Cerqueira de Moraes
Representante Técnica-Administrativa Presidente

Danielle Fernanda Moraes Pavan
Representante Técnica-Administrativa Secretária Administrativa

Priscila Branquinho Xavier
Representante Docente

Darlene Ana de Paula Vieira
Representante Docente

Ivaine Maria da Silva Melo
Representante Discente

Gustavo Henrique Garcez Andrade
Representante Discente

Liana Jayme Borges
Representante indicada pela Universidade Federal de Goiás

Antoniél Aniceto de Oliveira
Representante indicado pelo IFGoiano

Equipe Elaboradora – Subcomissão Local de Avaliação
Portaria nº 1982 de 02 de Outubro de 2017

Jane Faquinelli
Presidente
Representante Docente

Aline Rezende Belo Alves
Representante Docente - Suplente

Jamille de Amorim Oliveira
Representante Técnico-Administrativo

Cristiane Francisca de Assis Gontijo
Representante Técnico-Administrativo – Suplente

Sumário

LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELAS	7
1 INTRODUÇÃO	8
1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
1.2 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS	9
1.3 PROCESSOS REGULATÓRIOS	9
1.3.1 AVALIAÇÕES EXTERNAS	10
1.3.2 OUTROS INDICADORES DE QUALIDADE	11
1.3.3 AVALIAÇÕES INTERNAS	13
1.4 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG ...	17
1.5 A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2017/2019	18
2 METODOLOGIA	19
2.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	19
2.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PESQUISA E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA	21
2.3 INSTRUMENTO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	21
2.3.1 Questionários	21
2.3.2 Consulta a Documentos Institucionais	22
2.4 ESCALAS E CRITÉRIOS PARA SÍNTESE DOS RESULTADOS	23
3 DESENVOLVIMENTO	25
4 ANÁLISE DOS DADOS	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6 BIBLIOGRAFIA	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliações internas e externas	10
Quadro 2 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP	16
Quadro 3 - Dimensões avaliadas pelo INEP	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (Docentes).	25
Tabela 2 - Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (Técnicos-Administrativos).	26
Tabela 3 - Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (Docentes).	27
Tabela 4 - Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (Técnicos-Administrativos).	29
Tabela 5 - Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Docentes).	31
Tabela 6 - Eixo 3 - Políticas Acadêmicas (Técnicos-Administrativos).	35
Tabela 7 - Eixo 4 – Políticas de Gestão (Docentes).	39
Tabela 8 - Eixo 4 – Políticas de Gestão (Técnicos-Administrativos).	43
Tabela 9 - Eixo 5 – Infraestrutura Física (Docentes).	48
Tabela 10 - Eixo 5 – Infraestrutura Física (Técnicos-Administrativos).	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) possui uma história centenária. Seu início foi a fundação da Escola de Aprendizizes Artífices, em 1909, pelo presidente da República Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7566 de agosto daquele ano. A Escola funcionava na capital do estado de Goiás. A criação de uma rede federal de Escolas de Aprendizizes Artífices, uma em cada capital, atenderia, segundo os argumentos da legislação, à necessidade de se ofertar à população geral uma alternativa de educação, voltada para a qualificação e o treinamento para o trabalho.

As escolas foram criadas sob o argumento de se evitar e prevenir a marginalidade a que estava exposta a população jovem vinda de famílias de baixa renda. No entanto, não se assegurou a equivalência destas escolas ao ensino formal. Os alunos, na época, eram capacitados em cursos como oficina e forjas e serralheria, sapataria, alfaiataria, marcenaria, empalhação e selaria.

Com a transferência da capital para Goiânia, a Escola passou a funcionar a partir de 1942 em seu prédio atual, com a denominação de Escola Técnica de Goiânia. Na época oferecia cursos na área industrial, mas ainda sem a equivalência com o ensino secundário regular. Em fevereiro de 1959, a Escola foi transformada em autarquia federal, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Em agosto de 1965, o nome foi modificado para Escola Técnica Federal de Goiás, atuando basicamente na oferta de cursos técnicos na área industrial integrados ao ensino de 2º grau.

Pelo Decreto sem número de 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-GO). A Instituição passou a ter autonomia para propor e ofertar cursos de nível básico, técnico e tecnológico da educação profissional, bem como cursos de formação de professores, de graduação e pós-graduação.

A denominação passou a ser IFG no final de 2008, com a aprovação da Lei 11.892, em dezembro. Cada um dos Institutos Federais é uma instituição de educação superior, básica e

profissional, pluricurricular e multicampi, que oferece educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, reunindo conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Os Institutos Federais integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

1.2 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS

O Câmpus Senador Canedo do Instituto Federal de Goiás (IFG) é o quinto instalado na região metropolitana de Goiânia. Criado a partir da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, tem como objetivos a promoção do desenvolvimento e a inclusão social, através da educação pública, gratuita e de qualidade.

A cidade foi escolhida para abrigar um câmpus do Instituto porque apesar do franco desenvolvimento econômico, mais da metade da população possui baixa escolaridade. Sendo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 54% dos habitantes não têm instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto.

O Câmpus Senador Canedo iniciou suas atividades em agosto de 2014, em um espaço cedido pela prefeitura da cidade. A sede definitiva está situada em uma região estratégica, entre os três núcleos habitacionais do município, e encontra-se em construção. O prédio terá cerca de 8 mil metros quadrados de área construída e uma área total de 100 mil metros quadrados.

Pesquisa realizada pelo Observatório do Mundo do Trabalho do IFG concluiu que, em face das características de Senador Canedo, o eixo ideal à região é o de Controle e Processos Industriais. Por este motivo, o Câmpus tem ofertado os cursos técnicos em Automação Industrial, Mecânica e Refrigeração e Climatização.

1.3 PROCESSOS REGULATÓRIOS

Em primeiro lugar é preciso contextualizar a quais processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs nesses processos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/ INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos à atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação,

disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas.

Quadro 1 - Avaliações internas e externas

Avaliações internas	Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade
Relatórios da Comissão Própria de Avaliação – CPA	Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE
		Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do
		ENADE e outros insumos Índice Geral dos Cursos - IGC , gerado a partir dos CPCs e outros insumos

1.3.1 AVALIAÇÕES EXTERNAS

Avaliações *in loco*:

Vinculadas aos atos regulatórios da educação superior, as IES recebem visitas de comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) com objetivo de avaliar as instituições de educação superior e seus cursos, utilizando instrumentos próprios, identificando o seu perfil e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

As avaliações *in loco* constituem-se em visitas de comissões do INEP que avaliam a instituição em processos de credenciamento e credenciamento. As visitas das comissões do INEP avaliam também os cursos superiores de graduação, processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso.

1.3.2 OUTROS INDICADORES DE QUALIDADE

- a) **ENADE** - O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela [Comissão de Avaliação da Educação Superior \(Conaes\)](#), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.
Curso de capacitação 2014 21

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela

sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

b) CPC e IGC - Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e para as avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

1.3.3 AVALIAÇÕES INTERNAS

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC¹ é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

¹ e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral

A equipe da CPA da gestão 2015 a 2017/1 realizou a postagem dos relatórios parciais de autoavaliação dos respectivos anos, deste modo, grande parte das ações futuras da atual CPA serão voltadas para a postagem do relatório integral de autoavaliação institucional até dia 31 de março de 2018, bem como do relatório parcial de autoavaliação institucional até dia 31 de março de 2019.

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente plano busca construir um sólido processo de avaliação que contribui efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados e análises da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

O Plano de Autoavaliação contempla a importância das especificidades dos câmpus e das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs) na sua efetivação. As subcomissões são responsáveis pela mobilização da comunidade acadêmica do câmpus, pela implementação do plano de autoavaliação, organização, controle da aplicação da sistemática de avaliação e elaboração do Relatório Local de Autoavaliação.

No desenvolvimento dos trabalhos da CPA deverão ser avaliadas as 10 dimensões presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, exigidas pelo art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP², documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

² Instrumento vigente disponível em:

http://www.ifg.edu.br/attachments/article/1462/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf

Quadro 2 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo II Institucional	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
Eixo IV – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
Eixo V – Infraestrutura Física	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP³, deverão ser avaliadas três dimensões:

Quadro 3 - Dimensões avaliadas pelo INEP

³ Instrumento vigente disponível em:

http://www.ifg.edu.br/attachments/article/1462/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf

Dimensão 1	Organização Didático-Pedagógica
Dimensão 2	Corpo docente e tutorial
Dimensão 3	Infraestrutura

Diante de tais princípios norteadores e responsabilidades, as próximas seções se dedicam a expressar e detalhar as etapas necessárias para o desenvolvimento do Plano de Autoavaliação: planejamento, estratégias de sensibilização, metodologias/desenvolvimento do Relatório de Autoavaliação integral e meta-avaliação do plano.

1.4 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a instituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. A partir daí a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação, cuja principal metodologia tem sido a escuta a comunidade acadêmica, por meio da aplicação de questionários.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a instituição das Subcomissões Locais nos Campi, a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos campi: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas no demais câmpus do IFG:

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFG e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

1.5 A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2017/2019

Em 2017 a CPA elaborou seu Plano de autoavaliação Institucional, que compreende os anos 2017 a 2019, abordando metodologias de elaboração de seus relatórios, metodologias de sensibilização da comunidade acadêmica e metodologias de meta avaliação. O Plano prevê, ainda, a elaboração anual de relatórios de autoavaliação locais, por câmpus, cujos responsáveis pela elaboração são as subcomissões locais de avaliação (SLAs), além da elaboração do relatório de autoavaliação institucional (macro), cuja responsável pela elaboração é a CPA (central) do IFG.

O presente Relatório Institucional é resultado de discussões e compreensão da autoavaliação institucional como um processo participativo e democrático. Para tanto, a CPA e as SLAs realizaram planejamento, promoveram ações de informação e sensibilização da comunidade acadêmica e, por meio da aplicação de questionários, realizou a escuta da comunidade.

2 METODOLOGIA

A avaliação Institucional adota metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda a comunidade do IFG, de forma aberta e cooperativa, com o apoio dos gestores da Instituição e com a disponibilização dos resultados obtidos.

Para a autoavaliação institucional foram utilizados diversos instrumentos e métodos combinados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

A autoavaliação abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição e dos cursos de graduação, considerando-se os 05 (cinco) eixos previstos no instrumento de avaliação institucional: Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo II - Desenvolvimento Institucional; Eixo III – Políticas Acadêmicas; Eixo IV – Políticas de Gestão e; Eixo V – Infraestrutura Física.

Cada câmpus elabora seu respectivo Relatório de Autoavaliação 2017, a partir dos resultados obtidos, a ser concluído até março de 2018, bem como o Relatório de autoavaliação 2018, a ser concluído até março de 2019. Os Relatórios Locais serão postados na página da CPA, no site do IFG, e anexados ao Relatório de Autoavaliação Institucional, que é elaborado pela CPA Central, que, por sua vez, será postado no Sistema eMEC e na página da CPA.

2.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Conforme estabelecido na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, o Relatório de Autoavaliação Institucional de 2017 deverá ser postado em março de 2018 de maneira integral, abordando as 10 (dez) dimensões do PDI, distribuídas em 5 eixos avaliativos.

Esses eixos, bem como as definições constitutivas de cada dimensão contemplada, são apresentados a seguir:

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade. Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.

- **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Dimensão 10: sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

- **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Os eixos abordados no Relatório de 2018, a ser postado em março de 2019, serão estabelecidos posteriormente pela comunidade acadêmica, no Seminário de Autoavaliação que ocorrerá em junho de 2018.

2.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PESQUISA E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

A população de pesquisa considerada neste estudo é a comunidade acadêmica do IFG, no caso do câmpus Senador Canedo, composta pelos dois segmentos: o corpo docente e técnicos-administrativos.

2.3 INSTRUMENTO E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O diagnóstico acerca das potencialidades e fragilidades do IFG (autoavaliação), realizado pela SLA do câmpus Senador Canedo adotou a aplicação de questionários para os dois segmentos em análise (Docentes e TAEs).

O número totalizado de servidores que responderam o questionário foi de 16 Docentes e 14 Técnicos-Administrativos.

2.3.1 Questionários

Como fonte e método de análise quantitativa foi utilizada a aplicação de questionário estruturado como instrumento de coleta de dados primários, disponibilizado aos respondentes por meio da plataforma *limesurvey*, divulgado no site do IFG e, presencialmente, pelas SLA do câmpus Senador Canedo.

O questionário abordou de forma concisa e objetiva os cinco eixos e as dez dimensões a partir de uma perspectiva macro que observa a Instituição como um todo e micro, que avalia os câmpus e cursos.

O questionário contou com escalas de 7 (sete) níveis para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo 5 (cinco) pontos de avaliação e duas alternativas de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência), conforme segue:

1. **Ótimo:** o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.

2. **Bom:** o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.

3. **Regular:** o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.

4. **Ruim:** o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.

5. **Péssimo:** o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.

6. **Não sei:** o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

7. **Inexistente/Não se aplica:** o item avaliado não está implantado no Câmpus ou Reitoria.

O questionário apresentou também, ao final de cada um dos 5 eixos avaliados, uma questão aberta, em que a comunidade pôde apresentar sugestões de melhorias aos itens avaliados como regular, ruim e péssimo.

2.3.2 Consulta a Documentos Institucionais

Para complementar e qualificar os dados obtidos na pesquisa quantitativa, buscar-se-á nos próximos relatórios consultar documentos de diversas instâncias do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Relatório Anual de Gestão;

- Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's);
- Relatórios da Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);
- Indicadores gerados pelo Núcleo de Planejamento e Estatística (NPE);
- Plano de Permanência e Êxito (PPE);
- Relatório da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e da Comissão Interna de Supervisão (CIS);
- Relatório de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior, bem como consultar os Relatórios do ENADE;
- Dados obtidos nos resultados do questionário aplicados aos egressos da Instituição, a serem disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX;
- Estudos desenvolvidos pelo Observatório do trabalho.

2.4 ESCALAS E CRITÉRIOS PARA SÍNTESE DOS RESULTADOS

O questionário conta com escalas de 7 (sete) níveis para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo 5 (cinco) pontos de avaliação e duas alternativas de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência), conforme exposto anteriormente (Ótimo, Bom, Regular, Ruim, Péssimo, Não sei, Inexistente/Não se aplica).

Com base nos resultados e para definir linhas de ação, foi elaborado um quadro síntese, agrupado conforme a pontuação alcançada em determinado quesito. Dessa forma, foi possível identificar os aspectos relevantes do processo de avaliação os quais deverão ser acompanhados pela gestão da instituição. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM foi igual ou maior que 76%, considerou-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM foi de 51% a 75%, considerou-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM foi de 26% a 50%, considerou-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

SANAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM foi até 25%, considerou-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

MANTER: ÓTIMO e BOM for maior que 76%.

DESENVOLVER: ÓTIMO e BOM for de 51% a 75%.

MELHORAR: ÓTIMO e BOM for de 26% a 50%.

SANAR: ÓTIMO e BOM for até 25%.

SOMA = ÓTIMO + BOM

3 DESENVOLVIMENTO

Os dados dos questionários foram tabulados e serão apresentados nas tabelas abaixo por eixo, dimensão e segmento:

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Tabela 1 - Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (Docentes).

Eixo 1								
Dimensão: Planejamento e Avaliação Institucional								
Segmento: Docentes	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:	1	5	4	0	0	5	Melhorar	
	6,25 %	31,25 %	25 %	0,0%	0,0%	31,25%		37,50 %
A utilização dos resultados da autoavaliação institucional	3	4	3	0	0	5	Melhorar	

(CPA) para a tomada de decisões pelo Câmpus é	18,75 %	25 %	18,75 %	0,0%	0.0%	31,25%		43,75 %
A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:	2	6	5	0	0	1	Melhorar	
	12,5 %	37,50 %	31,25 %	0,0 %	0.0%	6,25%		50 %

Tabela 2 - Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional (Técnicos-Administrativos).

Eixo 1								
Dimensão: Planejamento e Avaliação Institucional								
Segmento: Técnicos-Administrativos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação	% "Bom" e Ótimo
O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:	0	1	3	2	1	5	Sanar	
	0,0%	7,14%	21,43%	14,98%	7,14%	35,72%		7,14%
A utilização dos resultados da autoavaliação institucional (CPA) para a tomada de decisões pelo Câmpus é	1	2	2	0	1	7	Sanar	
	7,14%	14,98%	14,98%	0%	7,14%	50%		22,12%
A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:	0	2	2	1	2	2	Sanar	
	0,0%	14,98%	14,98%	7,14%	14,98%	14,98%		14,98%

EIXO 2: MISSÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Tabela 3 - Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (Docentes).

Eixo 2								
Dimensão: Missão e Desenvolvimento Institucional								
Segmento: Docentes	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
O seu conhecimento sobre a missão do IFG é:	5	8	2	0	0	1	Manter	
	31,25 %	50 %	12,5 %	0,0%	0,0%	6,25 %		81,2 %
O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012- 2016) é:	6	5	5	0	0	0	Desenvolver	
	37,5 %	31,25 %	31,25 %	0,0%	0,0%	0,0 %		68,7 %
O IFG cumpre o estabelecido no PDI (2012- 2016) de forma:	4	4	1	3	1	3	Melhorar	
	25%	25 %	6,25 %	18,75%	6,25%	18,75 %		50 %
A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam o Ensino, com o PDI (2012-2016) é:	4	3	5	1	0	3	Melhorar	
	25%	18,75 %	31,25 %	6,25%	0,0%	18,75 %		43,75 %

A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Pesquisa, com o PDI (2012-2016) é:	2	5	6	0	0	3	Melhorar	
	12,5%	31,25 %	37,50 %	0,0 %	0,0%	18,75 %		43,75 %
A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Extensão, com o PDI (2012-2016) é:	3	4	5	1	0	3	Melhorar	
	18,75%	25 %	31,25 %	6,25 %	0,0%	18,75 %		43,75 %
A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Administração, com o PDI (2012-2016) é:	2	4	7	0	0	3	Melhorar	
	12,5%	25 %	43,75 %	0,0%	0,0%	18,75 %		37,5 %
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição								
O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:	3	7	5	0	0	1	envolver	
	18,75%	43,75 %	31,25 %	0,0 %	0,0%	6,25 %		62,5 %
O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:	5	6	4	0	0	1	Desenvolver	
	31,25 %	37,50 %	25 %	0,0%	0,0%	6,25 %		68,75 %
A política de inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFG é:	4	3	4	0	3	1	Melhorar	
	25 %	18,75 %	25 %	0,0 %	18,75%	6,25 %		43,75 %

O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:	4	5	4	2	0	1	Desenvolver	
	25%	31,25%	25%	12,5%	0,0%	6,25%		56,25%

Tabela 4 - Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional (Técnicos-Administrativos).

Eixo 2								
Dimensão 1: Missão e Desenvolvimento Institucional								
Segmento: Técnicos-Administrativos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
	O seu conhecimento sobre a missão do IFG é:	4	7	3	0	0	0	Manter
28,58%		50%	21,43%	0,0%	0,0%	0,0%	78,58%	
O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012- 2016) é:	0	6	6	0	1	1	Melhorar	
	0,0%	43%	43%	0,0%	7,14%	7,14%		43%
O IFG cumpre o estabelecido no PDI (2012- 2016) de forma:	0	4	3	2	1	4	Melhorar	
	0,0%	28,58%	21,43%	14,28%	7,14%	28,58%		28,58%

A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam o Ensino, com o PDI (2012-2016) é:	0	4	3	3	0	4	Melhorar	
	0,0%	28,58%	21,43%	21,43%	0,0%	28,58%		28,58%
A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Pesquisa, com o PDI (2012-2016) é:	0	3	3	3	0	4	Sustentar	
	0,0%	21,43%	21,43%	21,43%	0,0%	28,58%		21,43%
A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Extensão, com o PDI (2012-2016) é:	0	3	3	3	0	4	Sustentar	
	0,0%	21,43%	21,43%	21,43%	0,0%	28,58%		21,43%
A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Administração, com o PDI (2012-2016) é:	0	4	2	4	0	4	Melhorar	
	0,0%	28,58%	14,28%	28,58%	0,0%	28,58%		28,58%
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição								
O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:	2	3	6	1	1	1	Melhorar	
	14,28%	21,43%	43%	7,14%	7,14%	7,14%		35,71%
O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:	1	5	5	0	2	1	Melhorar	
	7,14%	35,72%	35,72%	0,0%	14,28%	7,14%		42,86%
A política de inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFG é:	0	4	5	1	2	2	Melhorar	
	0,0%	28,58%	35,72%	7,14%	14,28%	14,28%		28,58%
O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:	2	6	5	0	1	0	Desenvolver	
	14,28%	43%	35,72%	0,0%	7,14%	0,0%		57,28%

EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Tabela 5 - Eixo 3 – Políticas Acadêmicas (Docentes).

Eixo 3								
Dimensão 2: Políticas para o ensino								
Segmento: Docentes	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos acadêmicos de ensino é:	3	11	0	1	1	0	Manter	
	18,75 %	68,75 %	0,0 %	6,25%	6,25%	0,0 %		87,5 %
As políticas de ensino do IFG são:	3	9	2	0	1	1	envolver	
	18,75%	56,25 %	12,5 %	0,0%	6,25%	6,25 %		75 %
A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) é:	3	7	3	0	1	2	envolver	
	18,75%	43,75 %	18,75 %	0,0 %	6,25%	12,50 %		62,5 %

A atuação do IFG em relação à promoção da permanência e êxito dos/das estudantes é:	3	5	4	3	0	1	Melhorar	50%
	18,75%	31,25%	25%	18,75%	0,0%	6,25%		

Os cursos ofertados no seu Câmpus são coerentes em suas características artísticas, científicas e tecnológicas de forma:	12,5%	50%	31,25%	0,0%	6,25%	0,0%		62,5%
--	-------	-----	--------	------	-------	------	--	-------

Dimensão 2: Políticas para a pesquisa

Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa no IFG é:	1	8	3	1	1	1	Desenvolver	56,25%
	6,25%	50%	18,75%	6,25%	6,25%	6,25%		
As políticas de pesquisa no IFG são:	1	7	5	1	0	2	Melhorar	50%
	6,25%	43,75%	31,25%	6,25%	50,0%	12,5%		
O incentivo do IFG para sua participação em atividades de pesquisa é:	2	4	5	1	1	3	Melhorar	37,5%
	12,5%	25%	31,25%	6,25%	6,25%	18,75%		
A divulgação das atividades de pesquisa no IFG é:	1	5	7	2	0	1	Melhorar	37,5%
	6,25%	31,25%	43,75%	12,5%	0,0%	6,25%		
A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa são:	0	7	5	1	0	3	Melhorar	43,75%
	0,0%	43,75%	31,25%	6,25%	0,0%	18,75%		

O seu interesse em participar de projetos de pesquisa é:	2	8	4	2	0	0	Desenvolver	62,5%
	12,5%	50%	25%	12,5%	0,0%	0,0%		
Dimensão 2: Políticas para Extensão – Câmpus								
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados à extensão no IFG é:	3	6	5	0	0	1	Desenvolver	56,25%
	18,75%	37,5%	31,25%	0,0%	0,0%	6,25%		
As políticas de extensão no IFG são:	2	6	4	1	0	2	Melhorar	50%
	12,5%	37,5%	25%	6,25%	0,0%	12,5%		
O incentivo do IFG para sua participação em atividades de extensão é:	1	5	7	0	1	1	Desenvolver	37,5%
	6,25%	31,25%	43,75%	0,0%	6,25%	6,25%		
A divulgação das atividades de extensão no IFG é:	2	4	8	0	0	1	Melhorar	37,5%
	12,5%	25%	50%	0,0%	0,0%	6,25%		
As atividades de extensão do seu Câmpus atendem as necessidades da comunidade (interna e externa), de forma:	3	5	6	0	0	1	Melhorar	50%
	18,75%	31,25%	37,5%	0,0%	0,0%	6,25%		
A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de extensão são:	2	6	4	0	0	3	Melhorar	50%
	12,5%	37,5%	25%	0,0%	0,0%	18,75%		
O seu interesse em participar de atividades de extensão é:	2	7	5	1	0	0	Desenvolver	56,25%
	12,5%	43,75%	31,25%	6,25%	0,0%	0,0%		

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade

A comunicação do IFG com a comunidade interna é:	3	6	5	1	0	1	Desenvolver	
	18,75%	37,5%	31,25%	6,25%	0,0%	6,25%		56,25%
Os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG, veiculada pela mídia externa (jornal, TV, rádio, internet e outros), são:	3	2	8	2	0	0	Melhorar	
	18,75%	12,5%	50%	12,5%	0,0%	0,0%		31,25%
O acesso à informação e o conteúdo do site do IFG é:	3	6	5	2	0	0	Desenvolver	
	18,75%	37,5%	31,25%	12,5%	0,0%	0,0%		56,25%
A atuação do IFG nas redes sociais é:	3	7	5	1	0	0	Desenvolver	
	18,75%	43,75%	31,25%	6,25%	0,0%	0,0%		62,5%
A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG é:	4	4	2	1	0	4	Melhorar	
	25%	25%	12,50%	6,25%	0,0%	25%		50%
A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG é:	3	4	3	1	0	4	Melhorar	
	18,75%	25%	18,75%	6,25%	0,0%	25%		43,75%
Dimensão 9: Política de Atendimento ao Estudante								
A política de seleção para ingresso aos cursos do IFG é:	4	6	5	1	0	0	Desenvolver	
	25%	37,5%	31,25%	6,25%	0,0%	0,0%		62,5%

Os benefícios oferecidos pela assistência estudantil é:	2	9	5	0	0	0	Desenvolver	68,75 %
	12,5 %	56,25 %	31,25 %	0,0%	0,0%	0,0 %		
O Sistema de Administração Acadêmica (Q- Acadêmico) é:	3	3	9	1	0	0	Melhorar	37,5 %
	18,75 %	18,75 %	56,25 %	6,25 %	0,0%	0,0 %		
A atuação da Coordenação de Assistência Estudantil é:	3	8	4	0	0	1	Desenvolver	68,75 %
	18,75%	50 %	25 %	0,0%	0,0%	6,25 %		
A atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente:	3	9	3	0	0	1	Desenvolver	75 %
	18,75 %	56,25 %	18,75 %	0,0%	0,0%	6,25 %		

Tabela 6 - Eixo 3 - Políticas Acadêmicas (Técnicos-Administrativos).

Eixo 3								
Dimensão 2: Políticas para o ensino								
Segmento: Técnicos-Administrativos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
		0	6	4	2	0	1	Melhorar

Seu conhecimento a respeito dos regulamentos acadêmicos de ensino é:	0,0%	43%	28,58%	14,28%	0,0%	7,14%		43%
As políticas de ensino do IFG são:	2	3	4	2	0	1	Melhorar	
	14,28%	21,43%	28,58%	14,28%	0,0%	10%		35,71%
A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX) é:	1	2	3	2	0	5	Sanar	
	7,14%	14,28%	21,43%	14,28%	0,0%	35,72%		22,12%
A atuação do IFG em relação à promoção da permanência e êxito dos/das estudantes é:	1	1	5	2	2	3	Sanar	
	7,14%	7,14%	35,72%	14,28%	14,28%	21,43%		14,28%
Dimensão: Políticas para a pesquisa								
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa no IFG é:	1	2	10	0	0	1	Melhorar	
	7,14%	14,28%	71,5%	0,0%	0,0%	7,14%		22,12%
As políticas de pesquisa no IFG são:	1	6	5	1	0	1	Melhorar	
	7,14%	43%	35,72%	7,14%	0,0%	7,14%		50,14%
O incentivo do IFG para sua participação em atividades de pesquisa é:	1	5	4	3	0	0	Melhorar	
	7,14%	35,72%	28,58%	21,43%	0,0%	0,0%		42,86%
A divulgação das atividades de pesquisa no IFG é:	1	5	6	2	0	0	Melhorar	
	7,14%	35,72%	43%	14,28%	0,0%	0,0%		42,86%

A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa são:	0	5	3	2	1	3	Melhorar	
	0,0%	35,72%	21,43%	14,28%	7,14%	21,43%		35,72
O seu interesse em participar de projetos de pesquisa é:	4	3	4	0	0	1	Desenvolver	
	28,58%	35,72%	28,58%	0,0%	0,0%	7,14%		64,3%
Dimensão 2: Políticas para Extensão – Câmpus								
Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados à extensão no IFG é:	1	5	6	1	0	0	Melhorar	
	7,14%	35,72%	43%	7,14%	0,0%	0,0%		42,86
As políticas de extensão no IFG são:	2	4	5	1	0	1	Melhorar	
	14,28%	28,58%	35,72%	7,14%	0,0%	7,14%		42,86%
O incentivo do IFG para sua participação em atividades de extensão é:	3	3	4	2	0	1	Melhorar	
	21,43%	21,43%	28,58%	14,28%	0,0%	7,14%		42,86%
A divulgação das atividades de extensão no IFG é:	2	6	3	1	0	1	Desenvolver	
	14,28%	43%	21,43%	7,14%	0,0%	7,14%		57,28%
As atividades de extensão do seu Câmpus atendem as necessidades da comunidade (interna e externa), de forma:	1	5	3	1	2	1	Melhorar	
	7,14%	35,72%	21,43%	7,14%	14,28%	7,14%		42,86%

A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de extensão são:	1	4	2	1	2	3	Melhorar	
	7,14%	28,58%	14,28%	7,14%	14,28%	21,43%		35,72%

O seu interesse em participar de atividades de extensão é:	4	3	4	0	0	0	Melhor ar	50,01%
	28,58%	21,43%	28,58%	0,0%	0,0%	0,0%		
Dimensão 4: Comunicação com a sociedade								
A comunicação do IFG com a comunidade interna é:	0	6	7	0	1	0	Melhor ar	43%
	0,0%	43%	50%	0,0%	7,14%	0,0%		
Os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG, veiculada pela mídia externa (jornal, TV, rádio, internet e outros), são:	1	3	6	3	1	0	Melhor ar	28,57%
	7,14%	21,43%	43%	21,43%	7,14%	0,0%		
O acesso à informação e o conteúdo do site do IFG é:	1	7	5	1	0	0	Desenvolv er	57,14%
	7,14%	50%	35,72%	7,14%	0,0%	0,0%		
A atuação do IFG nas redes sociais é:	1	8	3	1	1	0	Desen volver	64,29%
	7,14%	57,15%	21,43%	7,14%	7,14%	0,0%		
A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG é:	2	4	2	0	1	5	Melhor ar	42,86%
	14,28%	28,58%	14,28%	0,0%	7,14%	35,72%		
A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG é:	0	5	3	0	1	5	Melhor ar	35,72%
	0,0%	35,72%	21,43%	0,0%	7,14%	35,72%		

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Tabela 7 - Eixo 4 – Políticas de Gestão (Docentes).

Eixo 4								
Dimensão 5: Políticas de Pessoal								
Segmento: Docentes	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
As políticas de capacitação docente no IFG são:	2	7	4	2	0	1	Desenvolve	56,25
	12,5%	43,75%	25%	12,5%	0,0%	0,0%		
As condições disponibilizadas pelo IFG para participação em cursos de pós- graduação, para os docentes são:	4	3	7	1	0	1	Bom	43,75
	25%	18,75%	43,75%	6,25%	0,0%	6,25%		
A política de gestão de pessoas no IFG é:	2	8	3	2	0	1	Desenvolve	62,5
	12,5%	50%	18,75%	12,5%	0,0%	6,25%		
	4	5	7	0	0	0	Desenvolve	56,25%
	25%	31,25%	43,75%	0,0%	0,0%	0,0%		

A integração entre os gestores e os TAEs é:								
	4	7	5	2	0	1	Desenvolver	
O respeito aos princípios éticos no seu ambiente de trabalho é:	25%	43,75%	31,25%	12,5%	0,0%	6,25%		68,75%
Os critérios e conteúdos exigidos nos concursos públicos para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários) são:	4	6	5	1	0	0	Desenvolver	
	25%	37,5%	31,25%	6,25%	0,0%	0,0%		62,5%
Os métodos de avaliação de desempenho dos servidores docentes são:	2	5	2	5	1	1	Avaliar	
	12,5%	31,25%	12,5%	31,25%	6,25%	6,25%		43,75%
Os critérios de escolha para cargos de chefia e funções gratificadas no IFG são:	3	4	7	2	0	0	Escolher	
	18,75%	25%	43,75%	12,5%	0,0%	0,0%		43,75%
A relação entre o número de servidores docentes e a quantidade de estudantes é:	1	4	9	1	0	1	Escolher	
	6,25%	25%	56,25%	6,25%	0,0%	6,25%		31,25%
A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:	4	8	1	0	0	3	Desenvolver	
	25%	50%	6,25%	0,0%	0,0%	18,75%		75%
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição								
	4	7	4	1	0	0	Desenvolver	
A eficiência da gestão do seu Câmpus é:	25%	43,75%	25%	6,25%	0,0%	0,0%		68,75%

A eficiência da gestão da Reitoria é:	2	8	2	1	1	2	Desenvolver	
---------------------------------------	---	---	---	---	---	---	-------------	--

	12,5%	50%	12,5%	6,25%	6,25%	12,5%	Desenvolver	62,5%
A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões no seu Câmpus é:	7	4	5	0	0	0	Desenvolver	
	43,75%	25%	31,25%	0,0%	0,0%	0,0%		68,75%
A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões na Reitoria é:	3	7	3	0	0	3	Desenvolver	
	18,75%	43,75%	18,75%	0,0%	0,0%	18,75%		62,5%
A transparência na gestão de seu Câmpus:	5	5	5	0	0	0	Desenvolver	
	31,25%	31,25%	31,25%	0,0%	0,0%	0,0%		62,5%
A transparência na gestão da Reitoria é:	2	7	4	0	0	3	Desenvolver	
	12,5%	43,75%	25%	0,0%	0,0%	18,75%		56,25%
O cumprimento do planejamento anual do seu Câmpus é:	4	5	3	0	0	3	Desenvolver	
	25%	31,25%	18,75%	0,0%	0,0%	18,75%		56,25%
O cumprimento do planejamento anual da Reitoria é:	2	4	4	0	0	5	Desenvolver	
	12,5%	25%	25%	0,0%	0,0%	31,25%		37,5%
	1	8	3	1	0	3	Desenvolver	

A integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e o seu Câmpus é:				6,25%	50%	18,75%	6,25%	0,0%	18,75%	Bom	56,25%
A atuação do Conselho Superior (CONSUP) é:				2	7	4	0	0	2		56,25%
A atuação do (CONCÂMPUS) é:	Conselho	de	Câmpus	2	7	4	0	0	1	Bom	56,25%
				12,5%	43,75%	25%	0,0%	0,0%	6,25%		
A atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) é				1	7	2	0	0	3	Melhorar	50%
				6,25%	43,75%	12,5%	0,0%	0,0%	18,75%		
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira											
O seu conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária do IFG é:				0	4	5	3	1	2	Santar	25%
				0,0%	25%	31,25%	18,75%	6,25%	12,5%		
A aplicação dos recursos financeiros está adequada às prioridades/necessidades institucionais do seu Câmpus de forma:				0	5	5	2	1	3	Melhorar	31,25%
				0,0%	31,25%	31,25%	12,5%	6,25%	18,75%		

Tabela 8 - Eixo 4 – Políticas de Gestão (Técnicos-Administrativos).

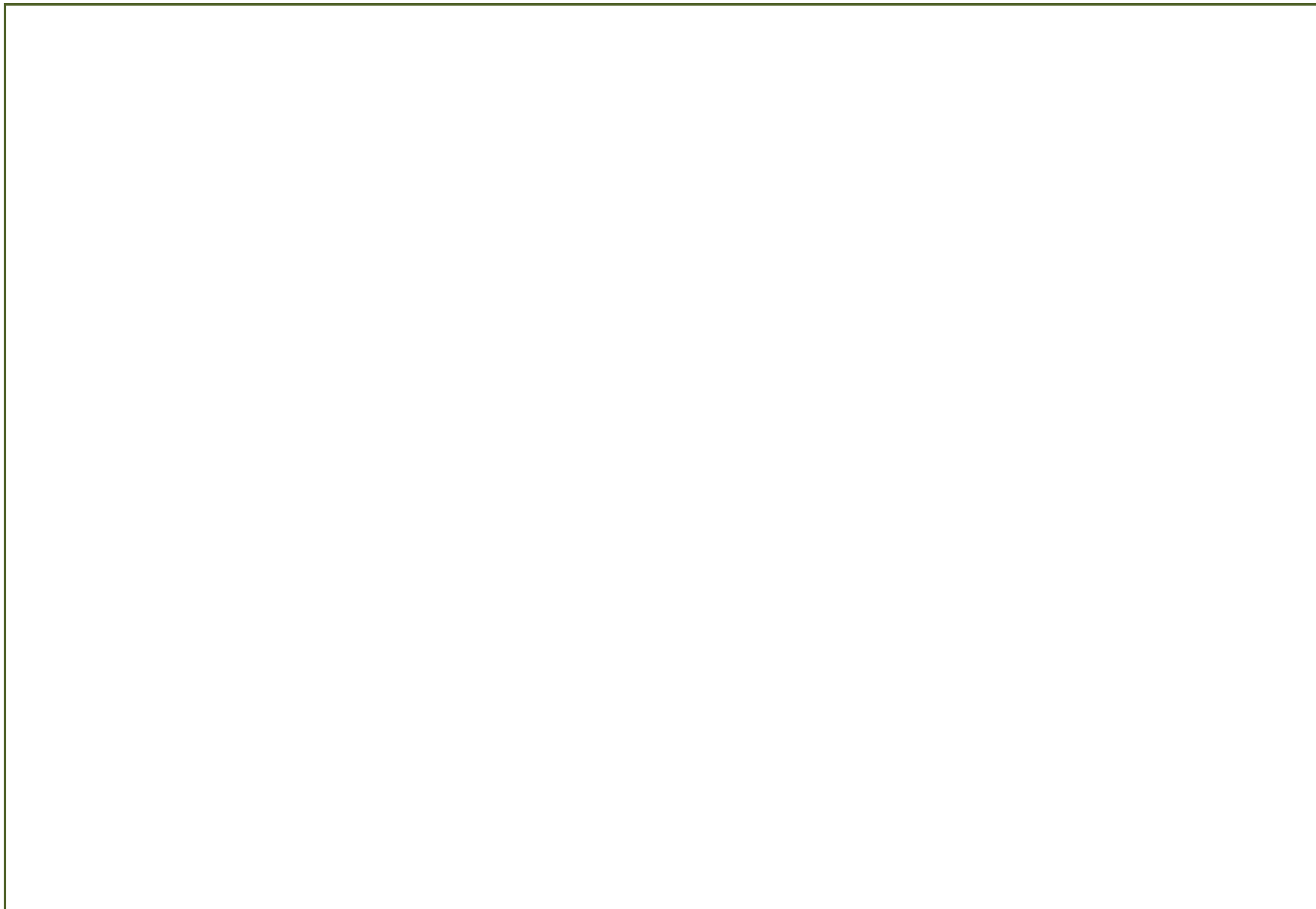
Eixo 4								
Dimensão 5: Políticas de Pessoal								
Segmento: Técnicos-Administrativos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
As políticas de capacitação para os TAEs no IFG são:	1	2	6	1	2	2	Santar	22,12%
	7,14 %	14,28 %	43%	7,14 %	14,28 %	14,28 %		
As condições disponibilizadas pelo IFG para participação em cursos de pós- graduação, para os TAEs são:	0	5	2	2	3	2	Melhorar	35,72%
	0,0%	35,72 %	14,28 %	14,28 %	21,43 %	14,28 %		
A política de gestão de pessoas no IFG é:	0	6	3	2	1	2	Melhorar	43%
	0,0 %	43%	21,43 %	14,28 %	7,14 %	14,28 %		
A integração entre os gestores e os TAEs é:	0	5	5	1	5	1	Melhorar	35,72%
	0,0 %	35,72 %	35,72 %	7,14 %	35,72 %	7,14 %		

O respeito aos princípios éticos no seu ambiente de trabalho é:	1	10	1	1	0	1	Manter	78,64%
	7,14%	71,5%	7,14%	7,14%	0,0%	7,14%		
Os critérios e conteúdos exigidos nos concursos públicos para admissão de servidores TAEs são:	2	7	2	1	1	1	Desenvolver	64,28%
	14,28%	50%	14,28%	7,14%	7,14%	7,14%		
Os métodos de avaliação de desempenho dos servidores TAEs são:	1	5	4	0	2	2	Manter	42,86%
	7,14%	35,72%	28,58%	0,0%	14,28%	14,28%		
Os critérios de escolha para cargos de chefia e funções gratificadas no IFG são:	0	4	3	2	3	2	Manter	28,58%
	0,0%	28,58%	21,43%	14,28%	21,43%	14,28%		
A relação entre o número de servidores TAEs e o volume de trabalho é:	0	5	5	1	3	0	Manter	35,72%
	0,0%	35,72%	35,72%	7,14%	21,43%	0,0%		
O comprometimento dos TAEs em relação aos objetivos do seu setor é:	1	11	0	1	0	1	Manter	85,72%
	7,14%	78,58%	0,0%	7,14%	0,0%	7,14%		
A atuação da Comissão Interna de Supervisão (CIS) é:	1	5	3	1	1	3	Manter	

	7,14 %	35,7 2%	21,4 3%	7,14 %	7,14 %	21,4 3%		42,8 6%
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição								
	0	6	4	1	1	2	Melhorar	
A eficiência da gestão do seu Câmpus é:	0,0 %	43%	28,5 8%	7,14 %	7,14 %	14,2 8%		
A eficiência da gestão da Reitoria é:	0	5	3	1	2	3	Melhorar	

	0,0%	35,72%	21,43%	7,14%	14,28%	21,43%		35,72
	0	7	1	3	1	2	Melhorar	
A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões no seu Câmpus é:	0,0%	50%	7,14%	21,43%	7,14%	14,28%		
	0	3	2	3	2	4	Sanar	
A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões na Reitoria é:	0,0%	21,43%	14,28%	21,43%	14,28%	28,58%		
	0	6	0	2	1	5	Melhorar	
A transparência na gestão de seu Câmpus:	0,0%	43%	0,0%	14,28%	7,14%	35,72%		
	0	4	1	3	1	5	Melhorar	
A transparência na gestão da Reitoria é:	0,0%	28,58%	7,14%	21,43%	7,14%	35,72%		

O cumprimento do planejamento anual do seu Câmpus é:				0	6	2	1	1	4	Melhora	
				0,0%	43%	14,28%	7,14%	7,14%	28,58%		43%
O cumprimento do planejamento anual da Reitoria é:				0	3	2	1	1	6	Sanar	
				0,0%	21,43%	14,28%	7,14%	7,14%	43%		21,43%
A integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e o seu Câmpus é:				0	3	5	3	1	2	Sanar	
				0,0%	21,43%	35,72%	21,43%	7,14%	14,28%		21,43%
A atuação do Conselho Superior (CONSUP) é:				0	5	2	0	1	6	Melhora	
				0,0%	35,72%	14,28%	0,0%	7,14%	43%		35,72%
A atuação do (CONCÂMPUS) é:	Conselho	de	Câmpus	0	6	1	3	1	3	Melhora	
				0,0%	43%	7,14%	21,43%	7,14%	21,43%		43%
A atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR) é				0	4	2	1	2	5	Melhorar	
				0,0%	28,58%	14,28%	7,14%	14,28%	35,72%		28,58%
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira											
O seu conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária do IFG é:				2	2	1	3	0	4	Melhorar	
				14,28%	14,28%	7,14%	21,43%	0,0%	28,58%		28,56%
A aplicação dos recursos financeiros está adequada às prioridades/necessidades institucionais do seu Câmpus de forma:				1	2	2	1	2	6	Sanar	
				7,14%	14,28%	14,28%	7,14%	14,28%	43%		21,42%



EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Tabela 9 - Eixo 5 – Infraestrutura Física (Docentes).

Eixo 5								
Dimensão 7: Infraestrutura Física-Câmpus								
Segmento: Docentes	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
A infraestrutura da biblioteca do seu Câmpus é:	0	2	5	4	5	0	Sanar	
	0,0 %	12,5 %	31,25 %	25%	31,25%	0,0 %		12,5 %
Os serviços (empréstimo, renovação, acesso a portais, entre outros) da biblioteca do seu Câmpus é:	2	3	6	0	2	3	Melhorar	
	12,5 %	18,75 %	37,5 %	0,0%	12,5%	18,75 %		31,25 %
Os serviços oferecidos pelo refeitório do seu Câmpus é:	0	0	1	2	3	0	Sanar	
	0,0%	0,0 %	6,25 %	12,5 %	18,75 %	0,0 %		0,0 %
As áreas de convivência da comunidade acadêmica (servidores, alunos e comunidade) do seu Câmpus é:	1	1	1	5	5	1	Melhorar	
	6,25 %	6,25 %	6,25 %	31,25 %	31,25%	6,25 %		12,5 %
	3	5	3	4	1	0	Melhorar	

A limpeza do seu Câmpus é:	18,75 %	31,25 %	18,75 %	25%	6,25%	0,0 %		50 %
A manutenção e a conservação do seu Câmpus são:	2	2	6	4	2	0	Sanar	
	12,5 %	12,5 %	37,5 %	25%	12,5%	0,0 %		25 %
A acessibilidade às dependências do seu Câmpus para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida é:	1	1	3	3	6	0	Sanar	
	6,25 %	6,25 %	18,75 %	18,75 %	37,5%	0,0 %		12,5 %
O acesso à internet disponibilizado no seu Câmpus é:	2	9	3	1	1	0	Desenvolver	
	12,5%	56,25 %	18,75 %	6,25 %	6,25 %	0,0 %		68,75 %
A qualidade física e acústica dos auditórios do seu Câmpus é:	0	1	1	2	1	0	Sanar	
	0,0 %	6,25 %	6,25 %	12,5 %	6,25 %	0,0 %		6,25 %
O serviço de reprografia (fotocópia, encadernação, impressão etc) do seu Câmpus é:	0	0	0	0	0	0	Sanar	
	0 %	0 %	0 %	0%	0,0%	0 %		%

Tabela 10 - Eixo 5 – Infraestrutura Física (Técnicos-Administrativos).

Eixo 5								
Dimensão 7: Infraestrutura Física-Câmpus								
Segmento: Técnicos-Administrativos	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação CPA	% "Bom" e Ótimo
A infraestrutura da biblioteca do seu Câmpus é:	0	0	2	8	3	1	Samar	
	0,0%	0,0%	14,28%	57,15%	21,43%	7,14%		0,0%
Os serviços (empréstimo, renovação, acesso a portais, entre outros) da biblioteca do seu Câmpus é:	1	7	5	0	0	1	Desenvol veer	
	7,14%	50%	35,72%	0,0%	0,0%	7,14%		57,14%
Os serviços oferecidos pelo refeitório do seu Câmpus é:	0	0	0	0	1	0	Sanar	
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,14%	0,0%		0,0%
As áreas de convivência da comunidade acadêmica (servidores, alunos e comunidade) do seu Câmpus é:	0	0	0	1	8	0	Sanar	
	0,0%	0,0%	0,0%	7,14%	57,15%	0,0%		0,0%
A limpeza do seu Câmpus é:	3	7	3	0	1	0	Desenvolv er	
	21,43%	50%	21,43%	0,0%	7,14%	0,0%		71,43%
	1	6	4	2	1	0	Mel h	

A manutenção e a conservação do seu Câmpus são:	7,14%	43%	28,58%	14,28%	7,14%	0,0%		50,14%
A acessibilidade às dependências do seu Câmpus para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida é:	0	3	0	5	5	1	Sanar	
	0,0%	21,43%	0,0%	35,72%	35,72%	7,14%		21,43%
O acesso à internet disponibilizado no seu Câmpus é:	4	7	2	1	0	0	Manter	
	28,58%	50%	14,28%	7,14%	0,0%	0,0%		78,58%
A qualidade física e acústica dos auditórios do seu Câmpus é:	0	0	0	0	0	14	Sanar	
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%		0,0%
O serviço de reprografia (fotocópia, encadernação, impressão etc.) do seu Câmpus é:	0	6	6	1	1	0	Melhorar	
	0,0%	43%	43%	7,14%	7,14%	0,0%		43%

4 ANÁLISE DOS DADOS

A nossa análise se pauta pelos critérios de classificação. Nesse sentido, agruparemos os critérios e exporemos os resultados, tanto dos docentes quanto dos técnicos-administrativos de acordo com as escalas.

Manter 76% a 100%

Representa os requisitos de qualidade e as ações que devem ser mantidas dentro da Instituição.

***RESPOSTA DOS DOCENTES**

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Desenvolvimento Institucional

- O conhecimento sobre a missão do IFG.

Eixo 3 – Políticas acadêmicas

Dimensão 2 – Políticas para o ensino

- Seu conhecimento a respeito dos regulamentos acadêmicos de ensino

***RESPOSTA DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS**

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Desenvolvimento Institucional

- O conhecimento sobre a missão do IFG.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

O comprometimento dos TAEs em relação aos objetivos do seu setor

Eixo 5 – Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física-Câmpus

O acesso à internet disponibilizado no seu Câmpus

Desenvolver 51% a 75%

Representa os pontos que não conseguiram atingir o padrão de qualidade exigido mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

***RESPOSTA DOS DOCENTES**

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Desenvolvimento Institucional

- O conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012- 2016);

Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição

- Desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente;
- O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG;
- O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Dimensão 2 – Políticas para o ensino

- As políticas de ensino do IFG;
- A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX);
- Os cursos ofertados no seu Câmpus são coerentes em suas características artísticas, científicas e tecnológicas;

Dimensão 2 – Políticas para a pesquisa

- O conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa no IFG;
- O seu interesse em participar de projetos de pesquisa;

Dimensão 2 – Políticas para Extensão – Câmpus

- O conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados à extensão no IFG;
- O seu interesse em participar de atividades de extensão;

Dimensão 4 – Comunicação com a sociedade

- A comunicação do IFG com a comunidade interna;
- O acesso à informação e o conteúdo do site do IFG;
- A atuação do IFG nas redes sociais;

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes

- Os benefícios oferecidos pela assistência estudantil;
- A atuação da Coordenação de Assistência Estudantil;

- A atuação da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente.

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão 5 – Políticas de pessoal

- As políticas de capacitação docente no IFG;
- A política de gestão de pessoas no IFG;
- A integração entre os gestores e os TAEs;
- O respeito aos princípios éticos no seu ambiente de trabalho;
- Os critérios e conteúdos exigidos nos concursos públicos para admissão de servidores docentes (efetivos, substitutos e temporários);
- A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição

- A eficiência da gestão do seu Câmpus;
- A eficiência da gestão da Reitoria;
- A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões no seu Câmpus;
- A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões na Reitoria;
- A transparência na gestão de seu Câmpus;
- A transparência na gestão da Reitoria;
- O cumprimento do planejamento anual do seu Câmpus;
- A integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e o seu Câmpus;
- A atuação do Conselho Superior (CONSUP);
- A atuação do Conselho de Câmpus (CONCÂMPUS).

Eixo 5 – Infraestrutura física

Dimensão 7 – Infraestrutura física

- O acesso à internet disponibilizado no seu Câmpus.

***RESPOSTA DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS**

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Dimensão 1: Políticas para a pesquisa

- O seu interesse em participar de projetos de pesquisa

Dimensão 2: Políticas para Extensão - Câmpus

- A divulgação das atividades de extensão no IFG

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade

- O acesso à informação e o conteúdo do site do IFG
- A atuação do IFG nas redes sociais

Eixo 4 - Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

- Os critérios e conteúdos exigidos nos concursos públicos para admissão de servidores TAEs

Eixo 5 – Infraestrutura física

Dimensão 7 – Infraestrutura física

- Os serviços (empréstimo, renovação, acesso a portais, entre outros) da biblioteca do seu Câmpus
- A limpeza do seu Câmpus

Melhorar 26% a 50%

Este quadro representa os requisitos mínimos de qualidade que estão em situação crítica e merecem atenção especial e ação rápida,

***RESPOSTA DOS DOCENTES**

Eixo 1 – Planejamento e avaliação institucional

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação institucional

- O conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- A utilização dos resultados da autoavaliação institucional (CPA) para a tomada de decisões pelo Câmpus;
- A participação na elaboração do planejamento anual do Câmpus.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Desenvolvimento Institucional

- O IFG cumpre o estabelecido no PDI (2012- 2016);
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam o Ensino, com o PDI (2012-2016);
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Pesquisa, com o PDI (2012-2016);
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Extensão, com o PDI (2012-2016);
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Administração, com o PDI (2012-2016);

Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Institucional

- A política de inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFG.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Dimensão 2 – Políticas para o ensino

- A atuação do IFG em relação à promoção da permanência e êxito dos/das estudantes;

Dimensão 2 – Políticas para a pesquisa

- As políticas de pesquisa no IFG;
- O incentivo do IFG para a participação em atividades de pesquisa
- A divulgação das atividades de pesquisa no IFG;
- A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa;

Dimensão 2 – Políticas para Extensão – Câmpus

- As políticas de extensão no IFG;
- O incentivo do IFG para sua participação em atividades de extensão;
- A divulgação das atividades de extensão no IFG;
- As atividades de extensão do seu Câmpus atendem as necessidades da comunidade (interna e externa);
- A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de extensão;

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade

- Os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG, veiculada pela mídia externa (jornal, TV, rádio, internet e outros);
- A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG;
- A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG;

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes

- O Sistema de Administração Acadêmica (Q- Acadêmico).

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão 5 – Políticas de pessoal

- As condições disponibilizadas pelo IFG para participação em cursos de pós- graduação, para os docentes;
- Os métodos de avaliação de desempenho dos servidores docentes;

Os critérios de escolha para cargos de chefia e funções

- gratificadas no IFG;
- A relação entre o número de servidores docentes e a quantidade de estudantes;

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição

- O cumprimento do planejamento anual da Reitoria;
- A atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR);

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira

- A aplicação dos recursos financeiros está adequada às prioridades/necessidades institucionais do seu Câmpus.

Eixo 5 – Infraestrutura física

Dimensão 7 – Infraestrutura física

- Os serviços (empréstimo, renovação, acesso a portais, entre outros) da biblioteca do seu Câmpus;

A limpeza do seu Câmpus.

***RESPOSTA DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS**

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Desenvolvimento Institucional

- O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012- 2016)
- O IFG cumpre o estabelecido no PDI (2012- 2016)
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam o Ensino, com o PDI (2012-2016)
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Administração, com o PDI (2012-2016)

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente

- O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG
- A política de inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFG

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Dimensão 1 – Políticas para o ensino

- Seu conhecimento a respeito dos regulamentos acadêmicos de ensino
- As políticas de ensino do IFG

Dimensão 2 – Políticas para pesquisa

- Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisa no IFG
- As políticas de pesquisa no IFG
- O incentivo do IFG para sua participação em atividades de pesquisa
- A divulgação das atividades de pesquisa no IFG
- A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de pesquisa

Dimensão 3 – Políticas para extensão

- Seu conhecimento a respeito dos regulamentos relacionados à extensão no IFG
- As políticas de extensão no IFG
- O incentivo do IFG para sua participação em atividades de extensão
- As atividades de extensão do seu Câmpus atendem as necessidades da comunidade (interna e externa)
- A clareza e transparência dos critérios de avaliação dos projetos de extensão
- O seu interesse em participar de atividades de extensão

Dimensão 4: Comunicação com a sociedade

- A comunicação do IFG com a comunidade interna
- Os mecanismos de divulgação e a imagem do IFG, veiculada pela mídia externa (jornal, TV, rádio, internet e outros),
- A efetividade do serviço de Ouvidoria do IFG
- A efetividade do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFG

Eixo 4 - Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

- As condições disponibilizadas pelo IFG para participação em cursos de pós-graduação, para os TAEs
- A política de gestão de pessoas no IFG
- A integração entre os gestores e os TAEs
- O respeito aos princípios éticos no seu ambiente de trabalho
- Os métodos de avaliação de desempenho dos servidores TAEs
- Os critérios de escolha para cargos de chefia e funções gratificadas no IFG
- A relação entre o número de servidores TAEs e o volume de trabalho

- A atuação da Comissão Interna de Supervisão (CIS)

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

- A eficiência da gestão do seu Câmpus
- A eficiência da gestão da Reitoria
- A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões no seu Câmpus
- A transparência na gestão de seu Câmpus
- A transparência na gestão da Reitoria
- O cumprimento do planejamento anual do seu Câmpus
- A atuação do Conselho Superior (CONSUP)
- A atuação do (CONCÂMPUS)
- A atuação do Colégio de Dirigentes (CODIR)

Eixo 5 – Infraestrutura física

Dimensão 7 – Infraestrutura física

- A manutenção e a conservação do seu Câmpus
- O serviço de reprografia (fotocópia, encadernação, impressão etc.) do seu Câmpus.

Sanar – até 25%

Este quadro representa os requisitos que necessitam de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

***RESPOSTA DOS DOCENTES**

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira

- O seu conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária do IFG;

Eixo 5 – Infraestrutura física

Dimensão 7 – Infraestrutura física

- A infraestrutura da biblioteca do seu Câmpus;
- As áreas de convivência da comunidade acadêmica (servidores, alunos e comunidade) do seu Câmpus;
- A manutenção e a conservação do seu Câmpus;
- A acessibilidade às dependências do seu Câmpus para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;
- A qualidade física e acústica dos auditórios do seu Câmpus

***RESPOSTA DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS**

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 1: Planejamento e Avaliação Institucional

- O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)
- A utilização dos resultados da autoavaliação institucional (CPA) para a tomada de decisões pelo Câmpus
- A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1 – Missão e Desenvolvimento Institucional

- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Pesquisa, com o PDI (2012-2016)
- A articulação entre os documentos institucionais, que regulamentam a Extensão, com o PDI (2012-2016)

Eixo 3 - Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o ensino

- A atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPEX)
- A atuação do IFG em relação à promoção da permanência e êxito dos/das estudantes

Eixo 4 – Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

- As políticas de capacitação para os TAEs no IFG
- A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões na Reitoria
- O cumprimento do planejamento anual da Reitoria
- A integração entre o trabalho desenvolvido pela Reitoria e o seu Câmpus

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- O seu conhecimento sobre os critérios de distribuição orçamentária do IFG
- A aplicação dos recursos financeiros está adequada às prioridades/necessidades institucionais do seu Câmpus

Eixo 5 – Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física-Câmpus

- A infraestrutura da biblioteca do seu Câmpus
- Os serviços oferecidos pelo refeitório do seu Câmpus
- As áreas de convivência da comunidade acadêmica (servidores, alunos e comunidade) do seu Câmpus

- A acessibilidade às dependências do seu Câmpus para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
- A qualidade física e acústica dos auditórios do seu Câmpus

Sugestões e críticas da comunidade para melhoria dos aspectos avaliados

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

*DOCENTES	*TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões, com todos os servidores, em que possam ser discutidos todos os projetos do campus e votados a ordem dos investimentos. • A divulgação e a análise dos resultados junto ao colegiado e demais instâncias do campus. • Deve procurar ser mais democrático e dialogar com a comunidade. • Que as ações geradas em reunião sejam devidamente acompanhadas e sua execução garantida, muita ação interessante é feita durante as reuniões, mas, por falta de acompanhamento não são feitas ou caem no esquecimento. • Campus: melhor estrutura de ensino. • Descentralização das decisões e mais grupos de trabalho em sistemas de discussões colaborativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há um corporativismo enorme no Câmpus. Muitas comissões têm papel figurativo. • A gestão deve abrir um espaço maior para que a comunidade acadêmica possa participar. Atualmente, apenas alguns que fazem parte da gestão do campus participa desse momento ativamente. • O principal problema do Câmpus Senador Canedo é a falta de espaço físico adequado. A solução é óbvia: o término das obras. Isso dificulta o trabalho diário e também a própria inserção do Câmpus na cidade, vez que hoje está num local acanhado e pouco visível. A oferta de novos cursos também é prejudicada. Mas isso é do conhecimento de todos, e sei que o Câmpus e a Reitoria têm se esforçado para sanar este problema. • Divulgar melhor os resultados dos anos anteriores e abrir discussão com a comunidade • Divulgação com melhores explicações. • Ter reuniões mensais com os servidores

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

*DOCENTES	*TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
<ul style="list-style-type: none">• Flexibilidade de tempo e espaço para discussões e envolvimento de toda a comunidade acadêmica nos processos de tomada de decisões do campus.• Efetivamente implementar o que foi estabelecido no PDI e estruturar o PPP institucional.• Deveria ter eleição para coordenadores de curso no campus.• Cheguei na instituição nesse semestre e acredito que seja necessário um programa de inserção de novos servidores apresentando a instituição e seus aspectos. Um programa de informação e recepção.• Promover discussões em âmbitos locais a fim de "letrar" os servidores em relação à missão e às atribuições de cada seguimento do IFG.	<ul style="list-style-type: none">• "Implantação urgente dos NAPNE's, contratação de pessoal qualificado para formação de equipe multidisciplinar para a inclusão de dos alunos com necessidades educativas especiais e altas habilidades.• Que o calendário acadêmico não mais negligencie datas as quais a educação básica deve considerar, a saber: 08/03 - Dia Internacional da Mulher; 07/04 - Dia Nacional de Combate ao Bullying (Lei Federal nº 13.277/2016); Maio - Semana de Educação para a Vida (Lei Federal nº 11.988/2009); Junho - Semana Nacional do Meio Ambiente (Decreto nº 86.028/1981); 03/06 – Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei Federal 12.633/2012); 05/06 – Dia Mundial do meio Ambiente (Resolução ONU, ano de 1972); 11/09 – Dia Nacional do Cerrado (Decreto Presidencial não numerado de 20 de agosto de 2003); 21/09 – Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015); 12/10 – Dia Nacional da Leitura (Lei Federal nº 11.899/09); 20/11 – Dia Nacional da Consciência Negra (Lei Federal nº 12.519/2011). O IFG, numa perspectiva de formação cidadã, deveria contemplar estas datas com atividades em todos os campi e com controle da Reitoria pra verificação de sua realização. Os calendários acadêmicos da instituição não poderiam negligenciar estas datas instituídas por lei.• A maioria dos cursos técnicos e de graduação prevê a realização de estágio

curricular remunerado ou não. Muitos estudantes buscam campos de estágio sem receber remuneração a fim de cumprir a atividade acadêmica obrigatória. O IFG poderá estabelecer convênio com universidades e faculdades de Goiás e do Distrito Federal, no sentido de que os futuros profissionais, em conjunto, com alunos com alto rendimento e, sob orientação técnica e pedagógica, ajudem a desenvolver os projetos de intervenção pedagógica no Câmpus.

- Procedimentos para acionar a rede de proteção à infância e juventude: quantitativo de faltas e casos de violência. Entidades: Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Promotoria de Justiça, Polícia Militar e Civil (Batalhão Escolar) etc.
- Aplicação do Estatuto do Trabalhador Estudante.
- Orientação Vocacional-profissional para os estudantes.
- Ampliação da estrutura física e acervo das bibliotecas, principalmente, dos campi mais jovens.
- Que a Prodi e suas gerências e coordenações tratem de forma isonômica docentes e técnicos, sem deixar de observar, é claro, as diferenças no “plano de carreira.”
- O Câmpus em que trabalho começou com uma grande quantidade de cursos FIC, que atraiu bastante gente e ajudou muito na inserção do Câmpus na cidade. Vejo que a oferta destes cursos diminuiu significativamente. Desconheço os motivos, mas penso que sua oferta (com bom número de cursos e vagas) deveria ser retomada, porque ela atinge um público amplo e muito carente, que, por vezes, não tem condição

	<p>de custear um curso profissionalizante.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir que os RH dos campus não sejam tão executores robóticos de atividades. É necessário reforçar a equipe para que eles passem a ser gestores de pessoas. • São questões docentes... não se aplicam a administração....questões mal elaboradas.... • Trabalhar os documentos institucionais com a comunidade acadêmica.
--	---

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

*DOCENTES	*TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Ações que viabilizem o envolvimento de todos. • O IFG realiza boa campanha de divulgação interna da instituição, no entanto, o mesmo empenho não é observado em relação ao público externo que também deveria ser um importante foco no que diz respeito às nossas realizações institucionais de extensão, pesquisa e ensino. • Mais diálogo e democracia, como também que a direção promova a alternância nos cargos indicados. • Aumentar espaço no q acadêmico para submeter material didático para os alunos. 100mb é pouco. • "Um dos grandes desafios do IFG é 	<ul style="list-style-type: none"> • As políticas incentivam a participação dos técnicos administrativos na pesquisa, na extensão, no entanto, dificulta o acesso. Exemplo: incentiva que o TAE desenvolva pesquisa mas utiliza os mesmos critérios, tanto para TAE quanto para docente, para processos seletivos nesses ambiente (PIPECT, por exemplo). Isto é injusto, pois os docentes obrigatoriamente desenvolvem pesquisas e suas pontuações são bem maiores que os TAES, deveria ter mecanismos para equalizar essas situação. Outra questão, é o tratamento diferenciado para concessão de licenças parcial ou integral para cursar curso stricto sensu para os TAES, cada campus

encontrar sua identidade: Saber que graduação é graduação e curso técnico é educação básica.

- Muitos servidores (docentes, principalmente) têm uma visão deturpada dos cursos técnicos. Procedem como se estivessem num curso de graduação.
- Falta compreensão da realidade externa dos discentes que realizam os cursos no IFG. Temos que compreender que nossos campi, em sua maioria, estão nas periferias e cidades de interior, onde o sistema educacional é mais carente. Dificuldade de concentração, não finalização dos ciclos de letramento em Língua Portuguesa e Matemática e ausência do hábito da leitura são grandes desafios. O que o IFG deve fazer? Eliminar o aluno porque ele não atende ao nível da instituição ou repassar o problema para frente? Acredito, que nenhuma das alternativas seja indicada.
- Tratar a Educação de Jovens e Adultos - EJA, como ela deve ser tratada! Considerando o princípio de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. A EJA

tem seus critérios e que na maioria das vezes os casos não são tratados de forma isonômica. Fica o questionamento: pq incentivar os TAEs a desenvolverem projetos de pesquisas e extensão sem fornecer as condições para tal? E quando tem documento respaldando, os mesmos não são seguidos ou são interpretados conforme a gestão quiser?

- "A Pesquisa e a Extensão não tem hoje focos claros, definidos na maioria dos Campus da fase de expansão.
- A formação dos grupos de pesquisa é feita de forma lenta, e eles tem pouca participação no dia a dia das atividades acadêmicas de quem não está diretamente envolvido com eles.
- E a extensão parece estar muito paralisada com a atual restrição orçamentária.
- É preciso que parte do tempo de aula regular dos alunos seja dedicado para atividades que estejam relacionadas com os projetos correntes dos grupos de pesquisa.
- Por exemplo, que aqueles conteúdos que são usados como material base

<p>não pode ser tratada como os cursos integrados. Adicionalmente, deve-se levar em conta o Estatuto do Estudante Trabalhador. No meu entendimento, a instituição precisa repensar o formato e a operacionalização dos cursos destinados à EJA."</p>	<p>de referência sejam usados na elaboração dos exemplos práticos nas aulas do currículo comum."</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lido com Comunicação, portanto sei das dificuldades que encontramos. Hoje o que mais dificulta é a falta de recursos, que diminuiu bastante de 2015. Outro ponto diz respeito a estrutura enxuta das CCSs, que, pelo menos aqui, conta com um profissional apenas, um jornalista, que, por vezes, não está habilitado para cuidar de todo o mix que envolve o processo de comunicação. • Melhorar a qualidade e a imagem da instituição.
--	--

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

*DOCENTES	*TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Maior transparência e envolvimento de todos nos planejamentos. • As decisões tomadas em instâncias superiores precisam ser melhores discutidas com a comunidade interna e externa e o retorno dessas discussões necessitam ser melhor divulgado internamente nos campus. 	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Políticas de pessoal - as políticas são bonitas no papel, quando não tem divergências. Infelizmente, apesar de ter regulamentação para alguns assuntos os mesmos não são respeitados pelos campus. Como exemplo, é a concessão de licenças, parciais ou integrais, para capacitação ou qualificação. Cada campus segue o seu critério, e na maioria das vezes não são isonômicos, cada setor adota uma regra. Os critérios utilizados para concessão de bolsas não são isonômicos, uma vez que docentes

	<p>tem muito mais produção acadêmica do que TAEs. Deveria ter critérios mais claros e justos. A integração dos técnicos com a gestão deveria ser melhor, e não enxergar os técnicos apenas como mão de obra.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2º Organização e gestão - a garantia da participação democrática no campus é uma utopia, os critérios para estabelecer os membros natos para participar das comissões (CONCAMPUS) acabam deixando desigual a paridade: a maioria dos coordenadores são docentes e são membros natos, ficando os técnicos em número desigual na representação, sem contar que a maioria dos assuntos já vão com a resposta pronta, apenas para ser colocada em votação. O CODIR tem o caráter consultivo, no entanto, na prática o seu caráter tem sido deliberativo. Enfim, as resoluções são bonitas, se fossem colocados seus objetivos na prática talvez teríamos uma gestão democrática. • 3º Sustentabilidade - os criterios foram repassados ao grupo apenas no inicio do ano letivo, mas sentimos falta de uma melhor divulgação do orçamento real durante o ano. • Nada a comentar. • Os servidores estão perdendo total interesse em assumir cargos de função gratificada, pois o valor da gratificação é péssimo em relação à responsabilidade que se deve assumir. • A gestão do campus deve conversar com todos os segmentos.
--	--

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

*DOCENTES	*TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
-----------	---------------------------

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os investimentos financeiros a fim de terminar as obras do campus. • Dentre os campus do IFG o de Senador Canedo é o que certamente se encontra em piores condições físicas de implantação o que tem tornado a abertura e manutenção de cursos um constante desafio e nos coloca em uma péssima condição de vulnerabilidade frente às necessidades da comunidade canedense e frente aos desafios aos quais o IFG se propõe. • Nada é feito para resolver o problema da obra • Conclusão das obras da sede própria • Meu campus está em sede provisória e muitos aspectos dessa avaliação não podem ser levados em conta neste . | <ul style="list-style-type: none"> • O Câmpus Senador Canedo necessita, urgentemente, de uma sede própria. • O Câmpus está em processo implantação e funcionando em um espaço provisório, portanto, não é possível avaliar ou sugerir implementações. • Compreendo que a situação da infraestrutura se justifica por ser um campus provisório. • Espaço adequado. |
|--|---|

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o conceito de avaliação como uma ação necessária para a revisão, crescimento e fortalecimento das atividades que alguém executa, a autoavaliação institucional é importante para que todos possam contribuir na identificação de avanços e problemáticas que ainda precisam ser enfrentadas a fim de construir um Instituto Federal e, em especial, um câmpus consciente de sua missão educativa.

As respostas ao questionário autoavaliativo de docentes e técnicos-administrativos do Câmpus Senador Canedo mostraram que todos esses profissionais partilham opiniões em vários aspectos dos cinco eixos avaliados.

Parece ser comum a visão da necessidade de maior comunicação e envolvimento por todos nas várias instâncias da Instituição. Diálogo, debates, reuniões e alguns critérios de participação em comissões são sugestões que viabilizam a possibilidade da participação e da democracia no Câmpus.

A preocupação com uma educação de qualidade e que essa educação chegue a todos que necessitam é inferida pelos resultados da autoavaliação e pelas respostas abertas dos servidores.

Também, é consensual o reconhecimento das fragilidades inerentes à falta de estrutura física. Enquanto o Câmpus Senador Canedo não estiver adequadamente instalado muitas ações ficam limitadas e outras nem podem ser executadas.

6 BIBLIOGRAFIA

IFG– Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás. **CPA**. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/comissoes/cpa>>. Acesso em: Nov. 2017.

IFG – Instituto Federal de Goiás – Câmpus Senador Canedo. Apresentação do Campus. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/senadorcanedo/apresentacao>>. Acesso em: Março, 2018.

MEC – Ministério da Educação. **e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: Nov. 2017.